



# METROVIÁRIOS DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários - Fenametro - ano 3 - nº 20 - maio de 2007

## Fenametro denuncia demissões em carta aberta

**U**ma carta aberta à população, assinada pela Fenametro, denunciando as arbitrárias demissões de dirigentes sindicais em São Paulo e no Rio de Janeiro foi distribuída em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília. Segundo o documento, os sindicalistas estão sendo perseguidos pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e pela Opportrans, a concessionária do metrô carioca.

Fenametro diz que em São Paulo o motivo é a participação dos metroviários, em conjunto com os motoristas e cobradores de ônibus, nos protestos contra a “Emenda 3” realizados no dia 23 de abril. Após assinalar que a paralisação foi vito-

riosa e conseguiu deixar muito claro para a população os riscos que a “Emenda 3” representa, a carta aberta ressalta que em represália o metrô de São Paulo demitiu cinco dirigentes sindicais. “As causas, na verdade, vão além dessa alegação. É que o sindicato da categoria tem criticado o processo de privatização e a forma como o governo do Estado trata o transporte público — em especial o metrô”, afirma o documento. E lembra que o trágico acidente na linha 4, quando uma cratera matou seis pessoas, é a comprovação de que os metroviários têm motivos para criticar a política do governo estadual para o transporte público.

O texto diz ainda que a péssi-

ma experiência de privatização do metrô carioca não parece importar muito. “Ali, a iniciativa privada vem promovendo um festival de negligência e irresponsabilidade, desprezando critérios operacionais e deixando de realizar serviços elementares e essenciais de manutenção. Como resultado, já foram registradas colisões na linha, a tarifa aumentou abusivamente e houve redução drástica do quadro de funcionários”, diz o documento. E enfatiza: “Por denunciar essas mazelas, os metroviários cariocas também sofrem represálias. Recentemente, a Opportrans (concessionária pertencente ao Citibank, do grupo Citi-

group Inc., o maior conglomerado financeiro do mundo) demitiu dois dirigentes sindicais sem sequer alegar qualquer motivação.”

Para a Fenametro, a medida tem claro sentido político, “pois atinge diretores de duas áreas dinâmicas da empresa nas quais o sindicato da categoria goza de prestígio e conta com os maiores índices de sindicalização — mesmo com toda a pressão exercida pela empresa para difamar o sindicato”.

E ressalta que os metroviários brasileiros, por meio de seus sindicatos e da Fenametro, não se calarão diante do desrespeito à liberdade de organização sindical. A Fenametro convoca os trabalhadores e suas entidades a se somarem a esta luta. “A democracia brasileira precisa de sindicatos fortes e representativos para defender os direitos trabalhistas, ampliar as conquistas e organizar os trabalhadores”, finaliza.



**Greve de 6 dias no DF**  
Página 2

**Cariocas denunciam degradação no Metrô**  
Páginas 3

**Paulistas na luta contra demissão**  
Página 3

**Greve em Minas e Pernambuco**  
Página 4

# OS METROVIÁRIOS E A LEI ÁUREA

**P**ela segunda vez, no dia 23 de maio o país presenciou atos e manifestações contra a “Emenda 3”. E em ambas os metroviários apareceram, em diferentes cidades, como categoria de vanguarda nas mobilizações. Como pode ser visto neste Boletim, não foi por outro motivo que cinco diretores do sindicato dos metroviários de São Paulo foram punidos. Ocorre que estas manifestações são parte da luta histórica do trabalho contra o capital. Enfrentamos atualmente uma ofensiva em larga escala - além da “Emenda 3”, podemos enumerar, entre outras questões, a tentativa de restrição ao direito de greve, o descumprimento de direitos trabalhistas e as incursões do governo pelo íngreme caminho da “reforma” da Previdência.

Apesar dos limites que as visseiras dogmáticas impõe a alguns setores do sindicalismo, a amplitude do movimento que se alastrou pelo país reflete a compreensão elevada do conjunto dos trabalhadores, alertado pelas principais lideranças sindicais sobre a gravidade da situação. O momento requer unidade de ação. Afinal, é a democracia para os trabalhadores que está ameaçada.

A tentativa de restringir direitos trabalhistas é parte de um conflito de classes permanente, que nos dias atuais implica em uma disputa ideológica mais acirrada. O discurso contra a legislação trabalhista ganhou corpo com o aparecimento de várias propostas destinadas a “reformular”, com intensidades variadas, a CLT e a Constituição desde que os liberais assumiram o poder no Brasil - primeiro com Fernando Collor de Mello e depois com Fernando Henrique Cardoso (FHC). Apesar de apresentar sinais de mutilação, a legislação trabalhista se manteve graças à luta dos trabalhadores contra o neoliberalismo.

O fundamental é entender

que nossas leis trabalhistas são a síntese do embate entre capital e trabalho que atravessou todo o século XX e refletem nossas vitórias e derrotas. Até os anos 40, os trabalhadores empregaram lutas heróicas e, aos trancos e barrancos, foram arrancando conquistas aqui e ali. Pode-se afirmar que as refregas das três primeiras décadas daquele século representaram verdadeiras aulas de organização em sindicatos e federações, e inculcaram a primeira noção de força nos trabalhadores brasileiros.

Quando o governo do presidente Getúlio Vargas instituiu a CLT, no dia 1º de maio de 1943, ele reuniu em um sistema único todas as leis trabalhistas aprovadas anteriormente. Grande parte delas são artigos que devem ser avaliados como importantes conquistas e que nunca foram aceitas pelo capital. Até hoje, os traços positivos e negativos da CLT - apesar das importantes correções feitas pela Constituição de 1988 - persistem e são reflexos das conquistas e das derrotas dos trabalhadores ao longo deste embate histórico. Hoje, estamos escrevendo mais um capítulo desta história.

A questão é que o cenário político nacional está permeado por interesses que se conflitam. Muitos desses interesses estão dentro do próprio Estado. Mesmo no governo existem aqueles que defendem a velha máxima de que governar é como tocar violino: a gente pega com a esquerda e toca com a direita. Aos trabalhadores cabe a tarefa de impedir a abolição de direitos em nosso país - o que equivaleria a remeter uma parcela dos trabalhadores de volta à escravidão. Nesse ritmo, os liberais brasileiros tentarão chegar à “reforma” da Lei Áurea. E a cada ato de protesto ou manifestação os metroviários mostram que compreendem isso perfeitamente.

## FIQUE POR DENTRO

### DISTRITO FEDERAL

## METROVIÁRIOS DO DF PARAM POR SEIS DIAS E ARRANCAM CONQUISTAS

Os metroviários do Distrito Federal (DF), após uma paralisação que durou seis dias, aprovaram em assembléia realizada no dia 19 de maio a proposta arrancada com luta numa reunião entre o sindicato e a empresa, mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O governo havia encerrado as negociações. Além dos itens econômicos e sociais, a campanha salarial levantou a bandeira da necessidade de um concurso público e avançou para as questões da privatização e da terceirização. Foi uma resposta à campanha do governo do DF e dos meios de comunicação conservadores, que pregam a concessão do metrô para atacar a campanha salarial e a organização dos metroviários.

O sindicato está montando uma comissão anti-privatização, que comporá um fórum sobre transporte público para responder às ameaças da direita contra o metrô. A Secretaria de Transportes do DF chegou a ameaçar os metroviários anunciando que o metrô voltaria a funcionar no meio da greve com a contratação de pessoas que operariam o sistema “em caráter emergencial”. “O contrato emergencial é feito com uma empresa que já tenha conhecimento dos equipamentos. E ele é celebrado por um prazo de 90 dias”, disse o secretário de Transportes, Alberto Fraga. Mas o Ministério Público proibiu a empresa de fazer as contratações pretendidas por entender que, além da greve ser um direito do

trabalhador, a operação dos trens exige treinamento e formação específicos.

A ameaça não abateu a categoria. As 16 estações do metro DF ficaram fechadas nos dois primeiros dias e nos outros quatro funcionaram com

o esquema de emergência determinado pelo TRT, sob o total controle do Sindicato e dos metroviários. A categoria conquistou, além da manutenção das 43 cláusulas do

acordo coletivo já existente, 3,09% de reajuste salarial retroativo a 1º de abril de 2007; abono de R\$ 100,00; quebra de caixa para os Agentes de Estação (AEs) de 70 bilhetes; auxílio-alimentação no valor de R\$ 396,00; aumento do valor-teto do plano de saúde, que passa dos atuais R\$ 90,00 para R\$ 126,00; e instituição de uma comissão para a elaboração de plano de cargos e salários da qual participará representantes dos metroviários.

A acordo prevê que em caso de descumprimento de algum item será aplicada multa equivalente a um dia do menor salário vigente, por dia e pelo tempo que perdurar o descumprimento. Caso haja alegação de força maior que impeça o cumprimento do prazo estabelecido, a questão será submetida ao Ministério Público do Trabalho — que atuará como árbitro eleito pelas partes. Em relação aos dias parados, os metroviários não conseguiram chegar a um acordo com a empresa. “A categoria está tranquila, confiante e satisfeita com as conquistas alcançadas,

tendo a certeza de que só foram obtidas em função da luta e unidade dos metroviários”, diz o coordenador-geral do sindicato, Solano Trindade.



Cartaz da greve colocado pelo Sindicato-DF na Estação Praça do Relógio



Trens estacionados no pátio de manutenção do Metrô-DF

RIO DE JANEIRO

# Metroviários cariocas denunciam degradação do metrô na Alerj

Com base em denúncias do sindicato e da Fenametro contra a Opportrans, em audiência pública realizada no dia 15 de maio, a Comissão de Trabalho da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) decidiu averiguar a gravidade dos recorrentes problemas do metrô carioca. Falta de manutenção, número insuficiente de trabalhadores e demissão de diretores do sindicato foram alguns dos problemas apresentados ao presidente da Co-

missão, Paulo Ramos (PDT) — que as considerou graves. Segundo o deputado, a situação não pode ficar como está. Participaram da audiência o juiz do Trabalho Marcelo Augusto Souto de Oliveira, o subsecretário estadual de Transportes, Sebastião Rodrigues, e a delegada da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Livia Aroeira.

Uma questão bastante debatida foi o número insuficiente de Agentes de Segurança (ASs). Além de poucos, ele

ainda cumprem tarefas que não são da função. As demissões arbitrárias de dirigentes sindicais — que ocorreram às vésperas do da renovação do acordo coletivo deste ano — também foram discutidas. “Esperamos que a audiência dê frutos positivos e o descaso da Opportrans com o sistema, com os trabalhadores e, principalmente, com a população do Rio de Janeiro sejam definitivamente enterrados”, diz o pre-

sidente do sindicato, Carlos Eduardo Ramos Paz.

Edgard Coelho Vaz, vice-presidente da Fenametro, afirma que a audiência foi necessária e muito positiva. “Até porque a delegada Livia Aroeira afirmou que está disposta a corrigir as falhas cometidas pela Opportrans, que, segundo ela, não cumpre a legislação trabalhista e prejudica os funcionários”, enfatiza.

*Diretores do Sindicato e da Fenametro participam de audiência na Comissão de Trabalho da ALERJ*



SÃO PAULO

## Luta contra as demissões continua na campanha salarial em São Paulo

Os metroviários de São Paulo, reunidos em assembleia no dia 25 de maio, encerraram mais uma etapa da luta pela reintegração dos cinco diretores do sindicato demitidos em represália à paralisação do dia 23 de abril no protesto nacional convocado pelas centrais sindicais contra a “Emenda 3”. A empresa aceitou reintegrar apenas três diretores — os outros dois continuam afastados para apuração de “falta grave”. O assunto, decidiu a assembleia, será incluído na pauta de reivindicação da campanha salarial de maio.

O governo do Estado e a empresa, no entanto, aplicaram uma suspensão de 29 dias para os três reintegrados. “A categoria avaliou que a reintegração dos três diretores do sindicato fortalece a luta pelos nossos direitos na campanha salarial e pela readmissão dos dois companheiros mantidos afastados”, diz o presidente do sindicato, Flávio Godói. Segundo ele, o sindicato não

concorda com as punições por entender que não existe motivo legal que as justifique. “Por isso, a entidade continuará buscando meios para avançar nas negociações com o governo do Estado e o metrô — e ao mesmo tempo entrará com ações jurídicas para reverter as punições”, afirma Godói.

Para o presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, tanto as demissões em São Paulo, como as demissões de sindicalistas no Rio de Janeiro, têm caráter político e devem ser contestadas pelo conjunto dos trabalhadores brasileiros. “Distribuímos uma carta aberta à população em várias cidades brasileiras denunciando o caráter político destas represálias, que atenta contra a democracia e o direito de os trabalhadores se organizarem livremente”, destaca Fajardo. Ele ressalta que o documento pede a solidariedade das entidades sindicais em todo o país. “Essa é uma luta fundamentalmente em defesa da democracia”, conclui.

RIO GRANDE DO SUL

## Metroviários do RS dizem que negociações avançaram

Os metroviários do Rio Grande do Sul avaliaram positivamente a primeira rodada de negociações sobre a campanha salarial. O ponto que mereceu destaque foi a manifestação da empresa de renovar o acordo coletivo. Para o sindicato, a proposta representa um significativo avanço porque no ano passado não houve acordo e foi preciso ajuizar dissídio na Justiça do Trabalho para que a categoria obtivesse uma sentença normativa garantindo alguns direitos. “As afirmações de manutenção dos direitos até o momento se confirmam, com a proposta de renovar todas as cláusulas do ano passado”, diz o boletim Resgate Sindical, do sindicato, que foi publicado extraordinariamente para anunciar o resultado das negociações.

O documento ressalta, no entanto, que o sindicato concordou com a renovação “com muita cautela”. Isso porque uma das cláusulas da sentença normativa da Justiça do Trabalho impõe condições à Participação nos Resultados (PR). “Existe sim a intenção de discutir Participação nos Resultados, mas sem nenhum tipo de condicionamento”, diz o sindicato. Quanto ao índice econômico, a empresa não apresentou nenhuma proposta. Outros assuntos também estão em pauta. “Temas urgentes como a readaptação de empregados, garantias para aposentados, não desconto de afastamento de férias, foram escolhidos pelo Sindimetrô para avançar na negociação”, diz o boletim Resgate Sindical.

## BELO HORIZONTE E RECIFE

## Metroviários de MG e de PE realizam greve de advertência

Os metroviários de Belo Horizonte (MG) realizaram greve de advertência por 48 horas, nos dias 22 e 23 de maio. No dia 22, em carta ao sindicato a empresa informou que oferecia 3% de reajuste salarial linear e alguns benefícios (tíquetes, plano de saúde, auxílio materno infantil, auxílio para portador de necessidade especial e gratificação de apontador). No dia 23, o sindicato recebeu uma correspondência da

CBTU convocando a entidade para uma nova rodada de negociações em Brasília nos dias 29 e 30, no Recife (PE). Essas propostas surgiram depois de uma longa jornada da campanha, que começou no dia 1º de março quando a pauta de reivindicações foi entregue à empresa.

O sindicato avaliou como amplamente positiva a paralisação. Além da campanha salarial, a categoria participou do dia nacional de luta contra

a “Emenda 3”, convocado pelas centrais sindicais. Essa greve foi de advertência. Segundo o sindicato, a qualquer momento a categoria pode ser chamada para uma assembléia a fim de avaliar eventuais propostas. “Embora os trabalhadores da CBTU tenham dito nas assembléias e com a greve de advertência que não aceitam 3% de aumento, os representantes dos sindicatos estarão em Recife nos dias 29 e 30 de maio. Esperamos conseguir coisa melhor do que 3%. Entretanto, a palavra final será da categoria”, diz o boletim da entidade.

## RECIFE

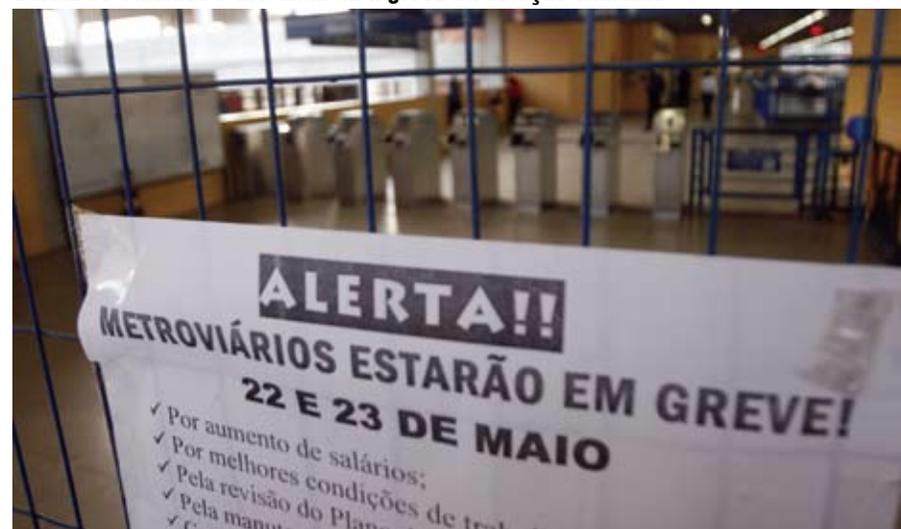
No dia 23 de maio, os metroviários do Recife realizaram uma greve de advertência para reivindicar reajuste de 35% — a Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU) apresentou uma proposta de 3%. “Atualmente, nosso piso salarial é de R\$ 530. Pedimos que esse valor fosse elevado para R\$ 800 e a partir daí cada nível da categoria teria aumento de 5%”, diz o presidente do sindicato, José Inocêncio Andrade de Araújo. A paralisação também fez parte do dia nacional de luta a favor do veto do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, à “Emenda 3” — con-

vocado pelas centrais sindicais.

Além do aumento salarial, a categoria reivindica melhores condições de trabalho; revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS) e a não estadualização do metrô. Segundo o presidente do sindicato, dos 1.500 metroviários cerca de mil aderiram à greve. A empresa conseguiu fazer os trens funcionar utilizando basicamente funcionários com cargos de chefias, mas, segundo José Inocêncio Andrade de Araújo, de forma ainda mais precária — muito embora, ressalta, o sistema está tão degradado que essa precariedade passou quase que despercebida pela população.

No entanto, o Sindicato está entrando com ação junto ao Ministério Público para denunciar os riscos à população. “O metrô tem problemas diretos, todos os dias, mas no dia da greve ocorreram vários problemas diferentes dos habituais, por ter sido operado por pessoas desabilitadas, por isso vamos ao Ministério Público para denunciar e impedir essa irresponsabilidade das empresas”, diz José Inocêncio. As negociações salariais nos dois Estados são com a CBTU e envolvem também os sindicatos dos ferroviários de Natal, João Pessoa, Maceió e Rio de Janeiro.

## Cartaz do Sindmetro-MG anuncia a greve na estação vilarinho



## EXPEDIENTE

Jornal METROVIÁRIOS DO BRASIL é uma publicação da Fenametro - Federação Nacional dos Metroviários. Rua Serra do Japi, 31 - São Paulo - SP - CEP 03309-000 - Fone: (11) 6195-3605  
Diretoria Executiva: Presidente: Wagner Fajardo - SP; Vice-presidente: Edgard - RJ; Secretário Geral: Schuster - RS; Tesoureiro: Raimundo - SP;  
1º Tesoureiro: Onofre - SP; Imprensa: Ronaldo - RJ; Saúde: Cirano - PE; Pol. Sind.: Inocêncio - PE; Formação: Cassiano - DF; Tecnologia: Anchieta - CE; Mulher: Ivânia - SP; Ass. Discr. Racial: Rosa - SP; Rel. Intersind.: Alda - MG; Ass. Aposentadoria: Eliezar - RS; Jornalista Responsável: Osvaldo Bertolino, MTB: 33472. Reportagem do Encarte: Viviane Barbosa. Criação e Diagramação: Andocides Bezerra.  
Página na Internet: www.fenametro.org.br. E-mail: fenametro@fenametro.org.br.

## Faixa anunciando a greve na Estação Recife



## FORTALEZA

## Eleições e Campanha Salarial agitam metroviários cearenses

Neste dia 30 de maio acontecem as eleições do Sindicato dos Metroviários de Fortaleza. Duas chapas estão na disputa dos votos dos 220 trabalhadores associados: a Chapa 1, da situação, é encabeçada pelo companheiro Marcelo Bezerra Lima, que é agente de estação e militante de base; a Chapa 2, oposição, é encabeçada pelo companheiro Sergio W. de Alencar, que é agente de segurança e atual diretor do sindicato.

Já a campanha salarial está emperrada. Nos anos anteriores, a negociação econômica ainda era realizada com a CBTU devido ao contrato de regionalização que garantia o repasse dos reajustes pelo governo federal.

Mas esse cenário se modificou em 2006: desde agosto passado a empresa se recusa a negociar e reconhecer o sindicato como representante da categoria e entrou na justiça para garantir a representatividade do antigo sindicato dos ferroviários.

A partir de então, passou a só reconhecer e negociar com o sindicato pelo que nunca teve representatividade e sequer realizava assembléias para deliberar sobre as tratativas e acordos com a empresa. Agora o Sindimetro vai encaminhar a pauta de reivindicações e espera que o novo governo desista da ação contra a sua representatividade e negocie com aqueles que realmente representam a categoria.